

6 com o Brasil

# Congelamento fora da estação

Dada a freqüência com que economistas do governo viajam para países que recorrem ao congelamento de preços a fim de combater a inflação, é natural que se propale o boato segundo o qual nosso governo estaria cogitando novamente de decretar essa medida, que já por duas vezes produziu maus resultados. Mais natural ainda porque se sabe que o presidente José Sarney tem saudades do Plano Cruzado e, no momento em que o País inicia um longo período de eleições, gostaria de repetir o golpe de 15 de novembro de 1986, quando a Nação votou na ilusão que lhe oferecia o governo. Mas nada disto deve fazer-nos crer que o ministro da Fazenda esteja disposto a dar esse choque, que sabe perfeitamente ser ineficaz.

Não se deve esquecer que a decretação do Plano Cruzado foi decidida após estudos *in loco* das experiências argentina e israelense. É bem provável que os ministérios do Planejamento e da Fazenda disponham de alentados e minuciosos estudos sobre experiências análogas, reportadas em extensa bibliografia, e que até dispensariam viagens aos "lugares santos" da heterodoxia econômica. Talvez fosse melhor o governo enviar seus economistas a

países como o Reino Unido e a República Federal da Alemanha, nos quais se acredita nas leis do mercado e se procura reduzir o déficit público concedendo total autonomia ao Banco Central...

Seria preciso que nos livrássemos, de uma vez por todas, da tentação do milagre, da qual, infelizmente, não parece ter sido exorcizado o presidente José Sarney, cuja maior preocupação é agradar, ainda que por meio de ilusões. Temos alguns falsos profetas que continuam preconizando o congelamento dos preços e a elevação dos salários, e apontando, como causa do malogro desse critério, a comunidade financeira internacional. Até a opinião pública acredita que o congelamento é capaz de resolver tudo, sem se recordar da escassez e das filas que o Plano Cruzado provocou. A única lição, porém, que se deveria tirar dessa aventura é que a segurança reside na estabilidade dos preços, isto é, que se deve fazer tudo para neutralizar, de modo duradouro, as pressões inflacionárias.

Estamos convencidos de que o ministro da Fazenda, sr. Maílson da Nóbrega, se opõe ao congelamento neste momento em que trava uma

luta muito difícil para estabilizar a inflação numa taxa que reconhece, todavia, ser escandalosa, indecente. Ainda ontem o ministro declarou que não existem milagres para conter a inflação, pela qual é o Estado o único responsável. Não cremos que o congelamento dos preços e dos salários esteja nos planos atuais do ministro da Fazenda. Ele poderia recorrer a essa medida em duas eventualidades: se houver um início de hiperinflação e se, após ter controlado o déficit público, não tiver nenhuma choque externo de preços, estiver convencido de que o Brasil enfrenta apenas uma inflação inercial, isto é, uma situação em que a inflação de hoje se explica pela inflação de ontem, numa economia totalmente indexada.

Percebe-se que, por enquanto, está afastado o perigo de hiperinflação. A indexação constitui, por si, uma barreira contra a hiperinflação, mas o governo está envidando grandes esforços para conter o déficit público e, com isso, estabilizar a taxa de inflação. Sabe-se, entretanto, que os choques externos são possíveis e que, mantendo-se a atual trajetória da base monetária, o excesso de liquidez poderia fraudar os esforços do governo. O congelamen-

to poderia ser, então, uma "saída" política, mas sem nenhuma eficácia.

Se o governo conseguisse eliminar o déficit (e não, apenas, controlá-lo) e assegurar-se de que não terá de enfrentar um choque externo — como uma má safra agrícola, a elevação do preço do petróleo no mercado internacional ou a alta das taxas de juros neste —, poderia então pensar em recorrer a um choque heterodoxo, isto é, ao congelamento dos preços e salários, para acabar de uma vez por todas com os males da indexação. Somente em tais condições seria cabível optar por tal medida. Infelizmente, porém, estamos longe de haver eliminado o déficit público e, assim, nenhum congelamento ou sistema de otenebração da economia (o que é o mesmo) poderia surtir efeito real e duradouro sobre a taxa de inflação.

O ministro da Fazenda sabe disso. Precisará apenas convencer o Palácio do Planalto e o Congresso de que a via da estabilização impõe longos sacrifícios. Mas, para sustentar essa campanha, talvez convenha alterar o roteiro turístico de nossos economistas que procuram, alhures, um modelo econômico para copiar.